REFLEXÕES ACERCA DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA O CUMPRIMENTO DAS LEIS 10.639 E 11.645

LUCAS MOÇO LEUTWILER DI GIACOMO OLIVEIRA

RESUMO

A partir da análise de textos, leis e documentos oficiais, o presente trabalho buscará analisar a legislação sobre o ensino de história e cultura africana na escola bem como apontar as dificuldades e peculiaridades da implementação na realidade das escolas do Brasil da formalidade dessas leis. A partir de um breve histórico da luta dos movimentos sociais para a promulgação de tais leis observar e problematizar as mudanças efetuadas para sua real prática nas escolas sob o prisma da busca de uma educação libertadora.

PALAVRAS-CHAVE: História afro-brasileira; Cultura afro-brasileira; Movimento social. Currículo.

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU), criada após a Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de garantir a paz e o desenvolvimento mundial, é atualmente composta por 193 países membros, incluindo o Brasil, um de seus membros fundadores.

A ONU, através do Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) buscou, dentro do cenário internacional, criar mecanismos de discussão, além de procurar ressaltar a importância da educação para o desenvolvimento humano.

O Brasil como membro e signatário destes acordos internacionais (BRASIL, 2007, p. 71), tem o compromisso de trabalhar em função da diminuição das desigualdades sociais e a promoção da educação para todos, sendo esta última expressa na Declaração Mundial sobre educação para todos, e no Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, aprovadas na Conferência Mundial sobre Educação para todos, realizada em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, organizada pela UNESCO.

Os objetivos acima elencados e propostos em âmbito internacional, continuam a fazer parte dos desafios atualmente colocados à humanidade.

Estes, foram ampliados à medida que temas atuais como mudanças climáticas, desigualdades sociais, as intolerâncias culturais, étnicas, raciais, religiosas entre outras passaram a ser discutidas mais recentemente, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) coletivamente acordados e incluídos na Agenda da ONU como metas a serem alcançadas até o ano de 2030.

Ao observarmos o Brasil, neste período, e em consonância com os acordos internacionais que visam as reduções das desigualdades e o enfrentamento dos diversos tipos de discriminação e intolerância, temos o advento das Leis 10.639 de 20 de dezembro de 2003 e a 11.645 de 10 de março de 2008.

A 10.639 tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e a 11.645, incluiu, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Estas promoveram alterações nos artigos 26-A, 79-A e 79-B da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) possibilitando desta forma, o avanço no que se refere à valorização e o reconhecimento da importância dos negros e dos indígenas no processo de formação do povo brasileiro.

Porém, para a aplicação destas Leis em sua integralidade, são necessárias políticas públicas que vão desde a disponibilização de livros didáticos e paradidáticos que

abordem efetivamente esta temática, a capacitação de educadores e à construção de práticas pedagógicas pautadas na correção de injustiças sociais.

A entrada em vigor destas Leis, foi somente um dos capítulos de uma série de demandas levantadas pelo Movimento Negro Brasileiro. Sua materialização na sociedade, depende da formulação de projetos que valorizem a história e cultura dos afro-brasileiros.

DESENVOLVIMENTO

A Lei 10.639 de 20 de dezembro de 2003, que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, bem como a Lei 11.645 de 10 de março de 2008 que incluiu, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, sendo seus conteúdos ministrados em todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), através da resolução CNE/CP n° 2, de 22 de dezembro de 2017, trouxe novas perspectivas de trabalho, bem como novos desafios aos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas. Este documento definiu as aprendizagens essenciais a que todos os estudantes brasileiros têm direito ao longo da Educação básica.

Pode-se destacar que a BNCC, de modo geral, tem como objetivo promover a Educação Integral dos estudantes na medida em que foi estruturada a partir de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores considerados importantes para a atuação na sociedade. Uma das expectativas a respeito deste documento é que ele possa “superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação”. (Brasil, 2017, p. 8).

A BNCC também define algumas competências gerais que dialogam com o desenvolvimento da educação das relações étnicos-raciais por exemplo em (BNCC, 2018 p. 9;10):

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2018 p. 9;10)

A BNCC nestes casos apresenta temáticas de formas transversais, interdisciplinares e transdisciplinares poderiam abordar as questões étnico-raciais.

Mas é na disciplina de História no ensino fundamental que mais aparecem habilidades e competências que são apresentadas como aprendizagens essenciais aos alunos e dialogam com a legislação sobre ensino de história e cultura afro-brasileira, podemos citar como exemplos na (BNCC, 2018 p. 409;412;416;421;423;425):

(EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos rela-

cionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes. (p. 409) O papel das religiões e da cultura para a formação dos povos antigos; Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas. (p. 412)

(EF05HI04) Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos. (p. 413) Do ponto de vista mais geral, a abordagem se vincula aos processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI, reconhecendo-se especificidades e aproximações entre diversos eventos, incluindo a história recente. (p. 416)

(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico cultural (indígena, africana, europeia e asiática). (p. 421)

(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval. (EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados. (p. 421)

(EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti. (p. 423) 12

(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas. (p. 423)

(EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado. (p. 425)

(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.

(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas. (p. 425)

(EF08HI23) Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia.

(EF08HI24) Reconhecer os principais produtos, utilizados pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais na forma de organização e exploração econômica. (p. 425) (BNCC, 2018 p. 409;412;416;421;423;425)

Vê-se que tais habilidades, competências e conteúdos de aprendizagens estimulam que os professores cumpram em sua carga horária os objetivos da lei 10.693/2003 embora obviamente com reflexão e envolvimento dos alunos o professor possa ir além daquilo que preconiza a BNCC no objetivo de conscientizar sobre o racismo estrutural, história e cultura afro-brasileiras.

LIVROS DIDÁTICOS

Como consequência direta das modificações trazidas pelas legislações acima descritas, os livros didáticos distribuídos de forma sistemática, regular e gratuita às escolas públicas de educação básica de todas as redes de ensino (Federal, Municipal e Estadual), através do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) , tiveram que abordar estas temáticas em seu escopo.

Os livros didáticos, um dos instrumentos mais utilizados pelos professores e alu-

nos nos processos de ensino e aprendizagem (Goularte; Melo, 2013, p. 33) dispostos no catálogo do Ministério da Educação para o ano de 2019, trouxeram em suas propostas didático-pedagógicas, textos e atividades que se referem à cultura africana e principalmente, à luta dos negros ao longo da contemporaneidade.

A título de exemplo, a coleção didática Geração Alpha de história para o oitavo ano, da editora SM, por exemplo, traz os textos: Zumbi, Pai João ou nenhum dos dois? (Silva; Reis, apud NEMI, 2018, p. 120), como fechamento da unidade sobre a Independência do Brasil e o Primeiro Reinado bem como outro texto, cujo título chama a atenção: Os negros islamizados e letrados na Bahia, na unidade seis que aborda as Regências e o Segundo Reinado (NEMI, 2018 p. 146).

Neste livro, os capítulos contêm uma seção muito interessante intitulada Arquivo Vivo e, segundo os autores, é dedicada à interpretação e análise de diferentes fontes históricas.

As Máscaras Africanas foi um dos temas propostos por esta seção, sendo composta por texto, imagens e questões que contextualizam a elaboração e o significado destes artefatos para a cultura africana.

A atividade aborda, de maneira intertextual, a elaboração das máscaras sob o ponto de vista da arte africana, bem como cita a influência destas nos trabalhos do início do século XX, do artista plástico Pablo Picasso, que encantado com as máscaras africanas, passou a utilizar, em seus quadros, elementos visuais semelhantes aos encontrados na arte africana (NEMI, 2018 p. 239).

Além desses textos, a unidade nove trabalha a temática Imperialismos e Resistências a partir da segunda revolução industrial, assim como discute o imperialismo no continente africano (p. 232).

Para o nono ano, a seção arquivo vivo, discute a da imprensa negra, e seu importante papel na denúncia das más condições de vida da população negra, além de reivindicações quanto a inclusão desta população nos projetos de desenvolvimento do país.

Como documento histórico, o livro traz um trecho do jornal paulistano conhecido como O Progresso (1899) no qual critica o fato de ainda haver um grande preconceito contra os negros, chegando ao ponto de seus filhos, que antes eram recebidos na escola pública, serem recusados nesta instituição. (PINTO, 2006, p. 148).

Se os livros didáticos não estiverem suficientemente dotados de repertórios que sejam capazes de fazer com que os alunos reflitam e consequentemente, valorizem a cultura africana, cabe à cada uma das Redes de Ensino e também ao professor, em sua formação contínua, na conversa com seus pares e na reflexão acerca das injustiças sociais, historicamente impostas aos negros, criarem possibilidades de enriquecimento destes livros.

Estes enriquecimentos podem se dar através do desenvolvimento de materiais de estudos para os professores (no caso das Redes de Ensino), ou mesmo, no desenvolvimento de materiais autorais, frutos de pesquisas realizadas pelos próprios professores.

MATERIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, disponibilizou alguns materiais voltados ao estudo e a aplicação de atividades da cultura africana. Aqui irei discutir dois, sendo eles:

As Orientações Curriculares: Expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio, publicano no ano de 2008 e A Universidade e a formação para o ensino de História e Cultura Africana e Indígena, desafios e reflexões, publicado no ano de 2011.

O primeiro material aborda deste a promulgação da Lei 10.639, sua importân-

cia, o entrelaçamento das culturas africanas e brasileira bem como as peculiaridades de cada uma. Além disso, descreve um panorama da História da África, suas diásporas e como os currículos escolares não contemplaram o passado e o presente africano.

Importante ressaltar que para além das discussões teóricas, este material descreve detalhadamente, uma série de projetos com a temática África, desenvolvidos por professores da rede municipal de ensino em todas as etapas da educação básica.

Já o segundo material é uma produção resultante do II Fórum do Ensino Superior sobre os desafios para o ensino de História e Cultura Africana e Indígena. O material possui três capítulos, sendo o primeiro composto por artigos produzidos pelos palestrantes do fórum, o segundo contém os Anais do Fórum acima citado e o terceiro, traz o resumo das oficinas e pôsteres apresentados durante o evento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há um longo caminho para que o ensino de História Africana na prática, seja aplicado em sua integralidade, assim como estabelece a Lei 10.639/2003 dentre outros dispositivos legais.

Porém, é possível verificar através das publicações e principalmente dos movimentos sociais que levantam continuamente, pautas sobre a necessidade de reparação e ações afirmativas, que a lacuna histórica de estudos e da formação de professores nesta temática vem sendo problematizada e desta forma retirada da invisibilidade.

São necessárias ações na escola que implementem de fato esta Lei, iniciando a partir da construção do Projeto Político Pedagógico, baseado na valorização da diversidade e que esta valorização tenha repercussão na prática docente, bem como na forma como a comunidade escolar se relaciona, em particular, com a cultura negra e sua contribuição para a formação do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996, Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996, Art. 26-A e 79-A. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 04 ago. 2020.

_____, Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de Janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 04 ago. 2020.

_____, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004. Brasília, 2007, 186 p. Disponível em: < http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume1_eja_uma_memoria_contemporanea_1996_2004.pdf>. Acessado em: Acesso em 07 ago. 2020.

_____, Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União de 11 de Março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 04 ago. 2020.

_____, Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção I pp. 41 a 44. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZEMBRODE2017.pdf>. Acesso em 07 ago. 2020.

_____, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

GOULARTE, R. S; MELO, K. R. A Lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental. Entretextos, Londrina, v. 13, n. 2, p. 33-54, jul/